

2. BASES TEÓRICO – METODOLÓGICAS

O estudo, em tese, tem por objetivo geral analisar os investimentos no espaço público do Polo Costa dos Coqueirais, as relações entre o papel do Estado e do mercado na definição de políticas territoriais do turismo para superação da pobreza. Evidenciam-se, a partir daí, os caminhos estruturantes da pesquisa no que concerne aos aspectos metodológicos.

Em função disso, traça-se um panorama da área de estudo, do ponto de vista dos seus atrativos; examinam-se as políticas públicas de turismo que foram implementadas nas duas últimas décadas no Brasil e em Sergipe, trazendo uma discussão acerca de seus resultados, avanços e contradições em relação à redução da pobreza (discurso). Discute-se a dinâmica socioprodutiva e comercial do Polo nos aspectos dos indicadores sociais e econômicos produzidos pelos institutos de pesquisa no Brasil, como também os investimentos aplicados nesta região. Esses dados são confrontados com a pesquisa de campo desenvolvida junto aos agentes locais. Os resultados têm relevância nos procedimentos da pesquisa cartográfica e estatística – construção de tabelas, gráficos e mapas temáticos – integrados e complementares (cruzamento), no intuito de averiguar a realidade social dos municípios em questão.

A base empírica tem como elo hierárquico o Polo (região de estudo), municípios contíguos (litoral Norte e Centro-Sul) e de base comunitária (organização civil), através de seus fóruns, conselhos, associações, cooperativas e ONGs. Esse conjunto de procedimentos pressupõe apresentar e redesenhar a contribuição efetiva dos recursos para o desenvolvimento regional e local.

Nesse contexto, avaliar a dinâmica socioeconômica realizadas no trabalho de campo, implica num processo que antecede as oficinas e que é decisivo na conquista e confiança dos agentes locais – a sensibilização. Após essa demanda, de escuta e de desabafo de suas histórias de vida – tem-se a perspectiva de alcançar, nesse espaço coletivo, informações e indicativos de mudanças efetivas de desenvolvimento.

Endossa o pensamento anterior Dall'Acqua:

Face às lógicas espaciais deslocadas da economia mundial contemporânea que tendem a subordinar o local ao mundial, assiste-se, hoje a uma retomada da iniciativa das populações locais, que defendem questões locais. A intervenção de desenvolvimento deverá, a partir daí, utilizar as redes sociais locais, o espaço vivido e as representações locais (2003, p.105)

As questões utilizadas nas oficinas foram desenvolvidas com os atores e agentes sociais¹ e, de forma complementar, através de entrevistas estruturadas para os gestores públicos e lideranças locais.

Consultas e visitas foram feitas aos centros de pesquisa no Brasil (2007-2008), a exemplo da Universidade de São Paulo/USP, Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal da Bahia e Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará.

Essa proposta de tese possibilitou cursar o *máster* em Desenvolvimento Econômico para a América Latina pela *Universidad Internacional de Andalucía, Huelva* – Espanha, por quase três meses intensivos (setembro a dezembro de 2006). As disciplinas cursadas, estudos em sala de aula acerca da problemática pobreza cujo foco principal foi a América Latina, visitas *in loco* a experiências de desenvolvimento local e em institutos de investigação científica na região de Andalucía, trouxeram resultados profícuos no fortalecimento dos resultados, principalmente no campo da Geografia Econômica e Geografia Política.

2.1 Teorias e teóricos que conduzem a tese

A presente pesquisa tem como fundamento a teoria de análise geográfica, que significa segundo Milton Santos, como “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (2000, p. 63). Essa escolha, entretanto, não invalida utilizar aspectos conceituais da teoria da complexidade e de outras ciências que são chamadas a descrever situações locais a cada momento histórico, elaborando assim a “teoria menor” do conceito pensado (TODESCO, 2007, p. 21).

Segundo a mesma autora, a Geografia, como um subsistema da ciência, deseja sua autonomia e requer para si uma interpretação própria da chamada realidade. No entanto, a realidade para Ganger é infinita, inapreensível em sua totalidade e de interpretação inesgotável, pois o tempo é contínuo e as existências e possibilidades são inúmeras. “A ciência não é mesmo lugar das certezas absolutas, nossos conhecimentos científicos são necessariamente parciais e relativos” (GANGER *apud* TODESCO, 2007, p.13). Nessa linha de compreensão, Silveira tem como visão da realidade “um concreto pensado que é captado e construído, por aproximações sucessivas a partir de um conjunto sistêmico de idéias, isto é de uma teoria” (2000, p. 21).

¹ Sempre que se referir ao termo atores sociais, leia-se no âmbito geral do processo: o mercado (agências financeiras/empresários), os gestores públicos e a sociedade civil. No que concerne ao diálogo entre agentes sociais, prevalece à presença de suas lideranças locais, empresários de pequenos empreendimentos (setor turístico), moradores, representantes dos conselhos, associações, cooperativas e o governo.

Edgar Morin infere acerca dessa escolha:

[...] Produzimos a sociedade que nos produz. Ao mesmo tempo, não devemos esquecer que somos não só uma pequena parte de um todo, o todo social, mas que esse todo está no interior de nós próprios, ou seja, temos as regras sociais, a linguagem social, a cultura e normas sociais em nosso interior. Segundo este princípio, não só a parte está no todo como o todo está na parte. Isto acarreta consequências muito importantes porque, se quisermos julgar qualquer coisa, a nossa sociedade ou uma sociedade exterior, a maneira mais ingênua de o fazer é crer (pensar) que temos o ponto de vista verdadeiro e objetivo da sociedade, porque ignoramos que a sociedade está em nós e ignoramos que somos uma pequena parte da sociedade. Esta concepção de pensamento dá-nos uma lição de prudência, de método e de modéstia (2007, p. 6)

E continua ele: a “ordem dentro da desordem, a certeza da incerteza, entre o elementar e o global, entre o separável e o inseparável” são elementos e premissas de um Pensamento Complexo (*op. cit.*). Originalmente, a palavra *complexus* significa “o que se tece junto”, considerado como uma nova lógica que envolve a “compreensão das variáveis e de suas interposições”. Essa compreensão não se resume ao pensamento puramente quantitativo, mas precisa primeiramente ser pensada como um processo qualitativo e não deve ser confundida, sobretudo como algo árduo, difícil, espinhoso, embaralhado entre outros significados contidos no dicionário (MORIN; MOIGNE *apud* CAMARGO, 2005, p. 61).

Integrando esses conceitos da teoria da complexidade à teoria do espaço, Camargo infere: “o pensar complexo remete à desordem, como algo ligado à ordem, que, por sua vez, é relativa ao sistema e a sua dinâmica no espaço-tempo” (2005, p., 61).

Assim, essa teoria tem como função primordial unir (contextualizar e globalizar) e aceitar o desafio da incerteza. “É preciso substituir um pensamento que separa por um pensamento que une e essa ligação exige a substituição da causalidade por uma causalidade em círculo e multireferencial” (*op. cit.*, p. 26), representada na figura 3, síntese das teorias.

Sposito explica que o conceito de causa, na visão empírico-analítica, “é eixo da explicação científica”; na concepção crítico-dialética, a causalidade é vista como “inter-relação entre os fenômenos; no fenomenológico-hermenêutica há ausência de causalidade e privilegia o fenômeno” (2004, p. 53).

Diante disso, desenvolve-se uma análise teórico-empírica num processo de “análise circular e contínuo” (SILVEIRA, 2002). Essa decisão teórica é interpretada não como um “ecletismo metodológico”, mas na perspectiva de extrair concepções doutrinárias e conceituais que justifiquem o uso de um determinado método, contemplando aspectos de outros e procedimentos de análises (técnicas) aqui postas.

A complexidade teórico-conceitual também se aplica ao termo região, muito bem discutida por Bezzi (2004, p. 19), seja por “relacioná-la como categoria de análise espacial (Geografia Crítica)”, seja “interpretando-a de acordo com as novas abordagens da Geografia Humanística e Cultural”. O conceito e seus diferentes métodos de investigação, segundo ela, não ficaram restritos à pesquisa geográfico-técnica e cientistas não geográficos, o que evidencia seu caráter multidisciplinar.

Nesse sentido, para efeito deste estudo, a palavra região se aplica como categoria de análise do espaço geográfico, aqui analisado no âmbito do desenvolvimento regional de polos turísticos, proposto pelos governos nacional e subnacionais.

Outro conceito tão antigo quanto o de região é o de território, aqui pensado como “análoga à de espaço” (Silveira, 2002. p. 13), que fascina e envolve toda a condução desta tese. Para Maretti, que discute a gestão territorial comunitária no Arquipélago dos Bijagós:

O território muitas vezes é uma parte, uma compartimentação do espaço, mas, mais que isso, é o espaço produzido pelos grupos humanos, e que os ajuda a manter sua reprodução social. O território implica algum domínio, exercício de poder, mas não é necessário que esse domínio seja absoluto. A representação do território e sua legitimação apóiam-se numa história não forçosamente factual: ancestrais, migração original, mitos... (2001, p. 465-466).

Há duas noções clássicas sobre o conceito de território, segundo Araújo (2003, p. 31). A primeira não está limitada apenas ao espaço físico, e a segunda é uma construção social. A autora aprofunda ainda mais – “território é também valor, é poder” – essa noção contribui para muitas ciências, dentre estas a Ciência Política e a Ciência Geográfica. Território, assim “é o espaço do poder instituído”. E, textualmente contribui, como primeira noção:

[...] Uma nação precisa de território e de uma população; de um povo e do Estado, que exerce o poder sobre o território em nome daquele povo. O Brasil, portanto, é um território; assim como o Estado do Ceará é um território; como o Município de Fortaleza é um território (ARAÚJO, 2003, p. 31).

Tratando-se da segunda noção, ainda segundo a mesma autora, território “é importante tanto para o desenvolvimento rural quanto, e, sobretudo, para o desenvolvimento regional, pois perpassa e assimila a idéia de tê-lo como espaço das identidades, dirigindo-se assim ao conceito de região; assim, é o território entendido também como construção social” (*op. cit.*, p. 31).

A contribuição de Ratzel, acerca do território, advém de grande preocupação sobre o caso alemão onde o poder e a atuação do Estado-Nacional definiam a territorialidade a ser investigada. A territorialidade do espaço, que era dada através das construções de rodovias,

canais, estradas de ferro, redes comerciais, do capital e de trabalho materializado no solo que, por sua vez, marcava os limites político-territoriais (MORAES, 1999). “O Estado aparece antes de tudo como um organizador do Estado do espaço, um gestor do território” (MORAES, 2002, p. 176).

Diante dos diversos prismas de entendimento do que seja território, Haesbaert defende e define “território ou os processos de territorialização” como “fruto da interação entre relações sociais e controle pelo espaço, relações de poder em sentido amplo, ao mesmo tempo de forma mais concreta (dominação) e mais simbólica (um tipo de apropriação)” (2004, p. 235).

A territorialização carrega, juntamente com as características de controle e estabilidade, a ideia de movimento, da integração e da conectividade. A desterritorialização representa a sociedade cuja organização espacial muda de um padrão “em mosaico”, mutuamente excludente, como a lógica territorial dos Estados-Nações, para um padrão reticular, descontínuo e fragmentado, que admite sobreposições territoriais (HAESBAERT, 2002).

“Território usado”, categoria de análise desenvolvida no início do século XXI por Milton Santos e Silveira, considerada como “sinônimo de espaço geográfico e relativo às porções do espaço efetivamente usadas pela sociedade e pelas empresas” (CRUZ, 2005, p. 28). Para Cruz, essa categoria remete à existência “de seu par dialético” – o território usado confronta-se com o território negligenciado. Invertendo um pouco do que a autora traz e partindo das conjecturas de Santos; Silveira *apud* Cruz (*op. cit.* p. 28-29), o uso do território inserido no setor de serviços – o turismo – pode ser definido pela implantação de infraestruturas denominadas de sistemas de engenharia e ele se compõe de dinamismo da economia e da sociedade. Ainda nas suas discussões, os autores consideram como: “[...] movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira que juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico”.

Orea (1994) evidencia o conceito de ordenação do território e instiga um plano conceitual, mas também tecnicamente operativo e que conduz a modelos distintos de organização espacial. Assim, revela:

Ordenar el territorio significa vincular las actividades humanas al territorio. Se está haciendo ordenación territorial cuando se toma en cuenta el territorio en la definición de la estrategia de desarrollo y cuando se vinculan a él las actividades que configuran dicha estrategia (1994, p. 2).

Machado (1997, p. 24) se manifesta que, território “é a localização de uma determinada porção do espaço envolvendo superfície, formas e limites. [...] O território passa a representar uma parcela do espaço terrestre identificada pela posse, uma área de domínio de uma comunidade ou Estado”. No campo atual, a autora destaca as mudanças econômicas e políticas, em esfera planetária, pois marcam um novo período de investigação do termo território. Se, por um lado, a globalização possibilita e integra, através de suas redes técnicas, mercados e lugares em escala jamais vista, por outro provoca grandes fragmentações e desigualdades territoriais que ultrapassam as discussões limitadas ao Estado-Nação (*op. cit.*).

O conceito de territorialidade permite engendrar numa possível proposição fundamentada em Machado, Raffestin e Haesbaert: a territorialidade é um fenômeno associado à organização do espaço em esferas de influência ou em territórios nitidamente delimitados, que assumem características distintas e podem ser considerados como exclusivos de quem os ocupa e de quem os define.

Essa discussão anterior favorece e determina o *complexus da teoria* – o território – a região – o espaço público – que decide; que investe e/ou (des) constrói.

Assim, o quadro 1 destaca a representação simplificada das principais teorias abordadas, bem como referências de ordem estatística e de documentos oficiais, por exemplo, do BID e BIRD. Essas escolhas seguem uma linha de pensamento necessário para compreender o turismo no contexto social, econômico e político, na perspectiva da geografia.

Quadro 1 – Quadro Síntese das Referências Consultadas

DIMENSÕES TEÓRICAS/REFERÊNCIAS		
TEORIA SISTÊMICA	TEORIA DE ANÁLISES GEOGRÁFICAS	OS AUTORES
		EXTRATO DAS FONTES
		Amaral Filho (1995, 1996, 2001), entre outros;
		Antônio L. H. Capitán
		Carlos A. Brandão
		Clarisse Dall'Acqua (2003);
		David Harvey (2005)
		Domingo Orea (1994)
		José Lemos (2005); Eduardo Simonetti; María Niño (2006); Cássio Rolim <i>et al</i> (2006); Luiz Rocha <i>et al</i> (2000)
		Edgar Morin
		François Chesnais (1996)
		François Perroux (1955; 1984); John Fridmann (1969); Jan Tinbergen (1969).
		Francisco Llorens
		George Benko (1996; 2002)
		Ignacy Sachs (2004)
		Ada Piazzzi & Nicolas Flano (BID);

Quadro 1 – Continuação...

DIMENSÕES TEÓRICAS/REFERÊNCIAS		
TEORIA SISTÊMICA	TEORIA DE ANÁLISE GEOGRÁFICA	OS AUTORES
		EXTRATO DAS FONTES
		Max Weber, Karl Marx, Norberto Bobbio (2000; 2004) e Nicos Poulantzas (2004).
		Mercedes Buendía (2002)
		Milton Santos (1996; 2001; 2002; 2003; 2004a; 2004b; 2005)
		Mário Beni (2006); Rita Cruz (2000; 2005);
		Javier M. Peinado
		Mccay, B.; Acheson, J. (Eds), 1987; Raymund Hames (1979); Antônio Diegues (2004)
		Mário Petrocchi (2002)
		Roberto Boullón (2004)
		Rogério Haesbert (2004; 2005) entre outras publicações.
		STEPHANOU, Michelle; Documentos oficiais do BID, BIRD;

O diagrama, que segue, é uma representação simbólica e tem a função de demonstrar as teorias utilizadas e que se destacam nesta pesquisa. Nesse simbolismo, também se quer mostrar o movimento que essa figura proporciona – de um lado a outro e o ir e vir. Essa relação de oxigenação do processo passa por uma dada situação, que tem consequências e concretamente (dominação) conduz a um tipo de apropriação que envolve o ser.

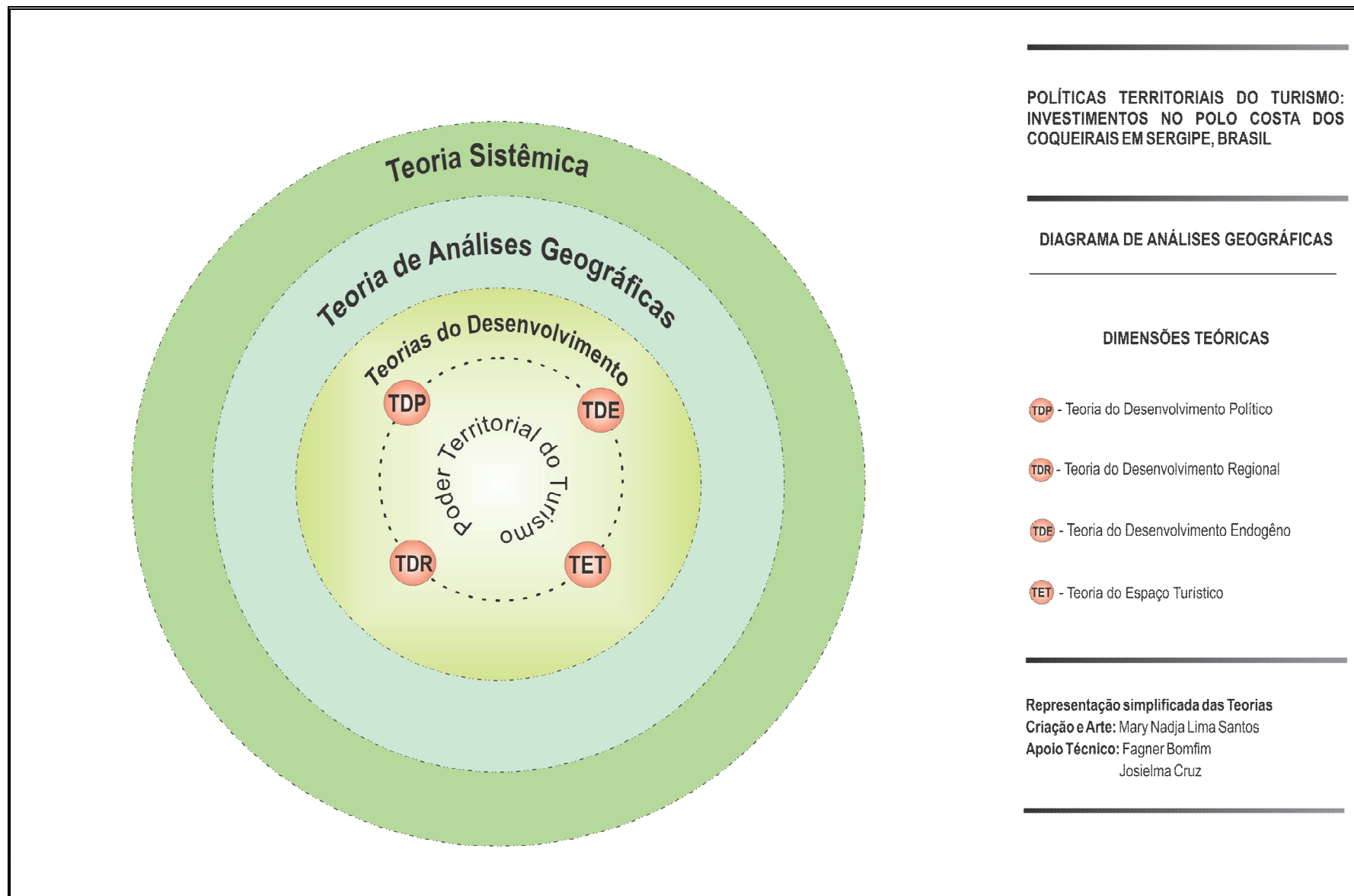


Figura 3 – Dimensões Teóricas da Tese
Fonte: SANTOS, Mary N. L., 2009.

2.2 O Método e os procedimentos de análise

O método fenomenológico-hermenêutico designava, até o fim do século XIX, todo esforço de interpretação científica daquilo que exige uma explicação. Contemporaneamente, a hermenêutica ‘constitui uma reflexão filosófica interpretativa ou compreensiva sobre os símbolos e os mitos em geral’ (Sposito, 2004, p. 35). A hermenêutica tem compreensões e entendimentos distintos: a primeira se propõe refutar o empirismo e positivismo ao mesmo tempo se apresenta como uma nova metodologia do conhecimento – apreensão pura das essências e capaz de descrever a experiência total do vivido, do humano; a segunda é entendida como uma corrente filosófica fundada por E. Husserl, que visa estabelecer um método de fundamentação da ciência e desconstituição da filosofia como ciência rigorosa (Nunes *apud* Sposito, 2004). O projeto fenomenológico se define como ‘uma volta às coisas mesmas’, o que, segundo o mesmo autor, resvala na consciência daquilo que se dá intencionalmente².

A fenomenologia traz consigo uma ausência de delineamentos doutrinários rígidos e sistemáticos e aí vale citar o que Backker; Bochenski citado por Bergen (1990) colocam “é uma tendência e um método e (...) processo de conhecimento especial baseado na contemplação espiritual”.

Toma-se posição em relação à composição teórica e ao desenvolvimento da pesquisa o **método hermenêutico**³, tipo pesquisa-participante. Há nessa escolha uma dimensão de complementariedade com a fenomenologia que define o caminho a ser trilhado.

Tal decisão tem fundamento a partir da compreensão de Sposito (2004, p. 51), no que diz respeito à formação de “uma dualidade que puede ser captada e interpretada dialeticamente”. E demonstra que, com o auxílio do método, se pode ler a realidade por ‘varias puertas de entrada’ e interpretar dialeticamente o que produziram autores neopositivistas ou fenomenólogos ou vice-versa.

Essa descrição mencionada pelo autor a respeito do método refere-se à filosofia hegeliana. São termos por Hegel utilizados: “interpretação”, “dialética”, “crítico”, “teoria”, “prática”, “contradição”, enfim, um conjunto de palavras que só ganharam o sentido que se conhece hoje graças a ele. Elas se espalham para outras áreas do conhecimento além do

² “O conceito de intencionalidade ocupa lugar central na fenomenologia, definindo a própria consciência como intencional, como voltada para o mundo. [...] compreender o peso que a fenomenologia deu ao ‘eu-pensante’, não no sentido cartesiano, mas como intencionalidade, desvelar-se do humano, tendência e apelo para o Ser”.

³ Notas: ⁽¹⁾ Hans-Georg Gadamer – *Hermenêutica de la Modernidad*
⁽²⁾ Friedrich D. E. Schleiermacher – *Hermenêutica: arte e técnica da interpretação*

próprio campo filosófico, como a educação, a antropologia, a sociologia, a história, entre outros.

A abordagem do conhecimento geográfico por um método leva, necessariamente, à constituição de suas próprias referências teóricas. “Isso não significa que o método tenha que subjazer a uma ou outra tendência doutrinária, embora, historicamente, a ciência, por causa de sua característica de ser separada em disciplinas, tenha produzido ligações dessa natureza” (SPOSITO, 2004, p. 53-54).

Nessa linha de raciocínio, apresentam-se no quadro 2 uma síntese dos mecanismos que direcionam a opção pelo método, com ênfase na análise qualitativa.

Quadro 2 – Demonstrativo dos aportes, realçando a opção do método

HERMENÊUTICO	APORTE COMUM	FENOMENOLÓGICO
Dinâmica própria ¹	Interrelação do todo com as partes e vice-versa	O fenômeno ...visto de <i>per si</i>
Explicação do fenômeno	Não há como verificar a transformação da realidade, sem interpretá-la. No entanto, para efeito dessa análise, o pesquisador não está só, ele interpreta com os agentes sociais e sujeitos ⁴ .	Preocupação com a interpretação da realidade pela ótica do pesquisador e dos pesquisadores
Interpenetração (busca dos sentidos)	Experiência total do vivido, do humano	Volta às coisas mesmas
Apreensão pura das essências	Constructos de fóruns e de oficinas, escuta aos conselhos, representações públicas e privadas, associações.	Ausência de delineamentos doutrinários rígidos e sistemáticos
Pesquisa participante, entrevistas, observação	<i>Brainstorm</i> (tempestade de idéias); Oficinas Co-participantes	Pesquisa participante, entrevistas, observação

Fonte: Organizado/Proposto pela autora, 2009. Base conceitual de Gamboa *apud* Sposito, 2003.

Nota: ⁽¹⁾ Hans-Georg Gadamer – *Hermenêutica de la Modernidad*

⁽²⁾ Mccay B. J; Acheson J. – *Human Ecology of the Commons*

Vale chamar a atenção para as oficinas coparticipantes que foram utilizadas para descrever, contar (*brainstorm*) e apreender a sua realidade; nesse *ir e vir resgata-se* a luta pela sobrevivência em bases cidadãs, mesmo que a lei de mercado abafe as vozes da sociedade, da comunidade que historicamente são silenciadas por natureza.

⁴ “[...] A propriedade comum deveria se referir a uma noção exclusiva e ao mesmo tempo inclusiva do bem comum envolvido” (Anderson; Durrenberger and Palsson *apud* Mccay; Acheson, 1987, p. 8).

Quanto à definição das técnicas e dos instrumentos mais adequados, o município de Brejo Grande, em Sergipe, já se constitui, por esta pesquisa, a **célula-mãe** que consiste numa investigação de referência para os demais municípios do Polo Costa dos Coqueirais. Esta pesquisa teve como característica buscar e estudar os elementos que compõem os fenômenos (causa e efeito), que equivalem à análise dos aspectos exteriores (essenciais) e de aparências (superficiais), como endossa Richardson *et al.* (1999).

Além disso, Chizzotti auxilia empiricamente no que se refere à preocupação com a adequação do instrumento da pesquisa aos objetivos e à “[...] objetividade das perguntas e dos procedimentos” metodológicos (2006, p. 52). O município de Brejo Grande proporciona, assim, sustentação de uma base investigativa para os demais municípios pesquisados, a exemplo de decisões dos agentes pertencentes aos fóruns existentes, conselhos, associações. O uso de oficinas coparticipativas teve a função de não só conhecer a percepção deles (munícipes) em relação a sua realidade, mas, principalmente, construir com eles um conhecimento acerca das desigualdades sociais, das causas e efeitos da pobreza, na perspectiva de trazer um turismo que promova o desenvolvimento socioproductivo e comercial dos polos assentados na organização civil.

As abordagens são feitas a partir da pesquisa quali-quantitativa, apesar de que ambos se diferenciam não só pela sistemática pertinente a cada um deles, mas, sobretudo pela forma de abordagem do problema. Essa escolha, no entanto, não invalida o aspecto qualitativo da pesquisa que “pode estar presente até mesmo nas informações colhidas por estudos essencialmente quantitativos, não obstante perdem seu caráter qualitativo quando são transformadas em dados quantificáveis, na tentativa de se assegurar a exatidão do plano dos resultados” (RICHARDSON *et al.*, 1999, p. 79).

Nesse sentido, a análise quantitativa caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas. É frequentemente utilizado nos estudos descritivos, naqueles que procuram descobrir e classificar a relação entre variáveis, bem como nos que investigam a relação de causalidade entre fenômenos (*op. cit.*). Prevê, para efeito deste estudo, procedimentos estatísticos de análise dos dados acerca de tabelas, gráficos e dados estatísticos, entre outros, além do uso de questionário fechado ou semiaberto e entrevistas diretivas aplicadas às lideranças locais e gestores públicos e privados.

Quanto às técnicas que dão suporte às análises qualitativas, justifica-se seu uso, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social.

Assim descreve:

[...] Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos (RICHARDSON *et al*, 1999, p. 80).

Algumas técnicas serão utilizadas: a observação participante, que consiste segundo Gil (1999), na participação real do conhecimento da vida da comunidade, do grupo, ou de uma situação determinada; consultas a fóruns já estabelecidos pelos munícipes; e oficinas co-produzidas com as comunidades locais, que serão utilizadas na perspectiva de que aqueles que não têm voz possam gerar informações significativas sobre suas condições ou sobre seus possíveis relacionamentos com outros interlocutores (THIOLLENT, 2005). Essa decisão não é excludente, mas complementar. Assim, as análises quali-quantitativas se autocompletam.

O processo de investigação apoia-se ainda nos padrões interativos da população do Polo Costa dos Coqueirais, constituindo-se em estudo de realidade, que pretende contribuir para o avanço de novas experiências de turismo nas teorias modernas de inclusão social. Para Lefèbvre *apud* Sposito (2004, p. 41), "é utilizando-se da dialética que os pesquisadores confrontam as opiniões, os pontos de vista, os diferentes aspectos do problema, as oposições e contradições; e tentam... elevar-se a um ponto de vista mais amplo, mais compreensivo" da realidade humana.

Dos municípios sergipanos catalogados, treze, localizados no litoral, é considerado o universo da pesquisa e destes, oito municípios são estudados (amostra). Priorizaram-se aqueles que têm potencial paisagístico e, paradoxalmente, o Índice de Desenvolvimento Humano baixo, desigualdades sociais (pobreza, além dos investimentos aplicados pelo Estado. O litoral norte corresponde a Brejo Grande, Pacatuba Pirambu e Barra dos Coqueiros. Na porção centro-sul, Aracaju e São Cristóvão com índices mais sustentáveis e, na porção sul, Estância e Indiaroba também de interesse estratégico se observam potencialidades singulares (atrativos naturais e artificiais), indústrias, fábricas e investimentos em infraestrutura bem mais diferenciadas que no litoral norte, mas também com problemas sociais graves vistos nos seus povoados. Na área de negócios, aparece hotelaria, bares e restaurantes, centro de informações e programas de roteirização.

Assim, esta decisão constitui elos já pesquisados na dissertação de mestrado (1999); no Plano de Desenvolvimento Local e Sustentável instalado em Brejo Grande/SE (2001-2002) e, por acompanhar, não só em sua fase embrionária, mas também de todo o processo de organização e elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável –

PDITS em 2002/2005, sob a responsabilidade do Estado com a articulação dos vários segmentos da sociedade que, direta ou indiretamente, trabalham com turismo.

Não obstante algumas linhas teóricas conduzirem este estudo para a escolha do método/técnicas investigativas, não se pode subtrair decisões que foram tomadas ainda em função da prática e de escuta dos fatos às comunidades do Polo Costa dos Coqueirais, especialmente no âmbito do município de Brejo Grande. Enumeram-se os fatos para chegar às contribuições teóricas – das contribuições teóricas a uma interpretação/ação dos fenômenos que permeiam essas relações.

Isso se explica pela forma inicial de abordagem na pesquisa de campo – identificação das lideranças (agentes, empresários, gestores públicos) e sensibilizando-os do processo de conhecimento (cursos), elaboração do diagnóstico e planos estratégicos pensados por esses representantes. Esse aprendizado proporcionou, para os demais municípios pesquisados (Pacatuba, Pirambú, Barra dos Coqueiros, Aracaju, São Cristóvão, Estância e Indiaroba), adaptações e fortalecimento da metodologia aplicada em bases territoriais.

As categorias/dimensões, a seguir, revelam os parâmetros de análise da pesquisa de campo. Também se evidencia a essência do levantamento (os investimentos que tiveram efeitos positivos para minimizar a pobreza das comunidades) e aqueles recursos que até foram aplicados formalmente, mas que atenderam a outros interesses. Tal assunto é tratado no capítulo 5.

A preparação das oficinas foi pensada particularmente e de forma singular para cada município – os primeiros contatos, o olhar, a conquista de cada líder, de cada gestor, de cada empresário, sensibilizando-os acerca da importância da coparticipação para discutir os rumos do desenvolvimento local.

A região do polo tem como centro de decisões a cidade de Aracaju, capital de Sergipe e nela foi realizada a 29ª Reunião do Polo Costa dos Coqueirais, tendo e na pauta o Diagnóstico Rápido Participativo – DRP, para responder às questões essenciais da tese. Numa reunião dessa natureza não se dispõe de muito tempo; por isso, foram utilizados para esse fim oitenta minutos. No entanto, mesmo sendo colocadas em discussão coletiva, não houve tempo de responder a todas as perguntas. Daí ficou acordado e aprovado pelos conselheiros o compromisso de responder via e-mail àquelas equivalentes às instituições ali representadas ou por entrevistas – Estado, empresários do setor turístico e representantes do terceiro setor. Além disso, no ato da chegada de cada conselheiro, foi entregue um formulário individual que completava a discussão coletiva da tese. No entanto, apenas cinco conselheiros o devolveram preenchido.

O município de Brejo Grande, em Sergipe, é pesquisado desde dezembro de 2001/2002 através do Programa Comunidade Ativa, com aplicação de metodologias participativas. Além desse momento, retorna-se em julho/2006; de setembro a dezembro de 2006 (Huelva-Espanha) para estudar, catalogar dados e conhecer novas experiências de desenvolvimento local; maio/julho/outubro/novembro de 2007, pesquisa nos municípios de Pacatuba, Pirambu e retorno a Brejo Grande (litoral norte). No período de maio a dezembro de 2008 e março a junho de 2009, as oficinas transcorreram de acordo com as condições dos municípios em virtude das eleições e de outros fatores de interesse da comunidade. As entrevistas foram aplicadas em Aracaju e São Cristóvão (litoral centro-sul), Barra dos Coqueiros (litoral norte), Estância e Indiaroba (litoral sul).

Na tentativa de melhor esclarecer a operacionalidade da pesquisa, propõe-se um quadro que represente as categorias/dimensões de análise. Essas cruzam entre si.

Quadro 3 – Categorias e Dimensões de Análise

CATEGORIAS E DIMENSÕES DA PESQUISA				
DINÂMICA TERRITORIAL DO ESPAÇO-TEMPO	TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO	ESSÊNCIAIS/SUPERFICIAIS		
		Estado	Poder do Estado Estado e Geopolítica	Ações/Investimentos e outros órgãos de fomento
		Mercado	Dinâmica Socioeconômica e Comercial do Polo Costa dos Coqueirais	Investimentos do BID; Índice de Gini, IBGE/PNUD – Educação, moradia, saúde, saneamento, empregos e renda.
		Território do Turismo	Espaço público e comunitário (Participação Cidadã)	Oficinas participativas <i>Constructos</i> sociais
				Políticas Públicas de Turismo Diferenciações regionais e locais; Identidades Locais Litoral sergipano

Os dados foram analisados da seguinte forma:

- Análise da documentação, em fichas produzidas pelos organismos oficiais e escrever a sua essência – atas do Conselho do Polo; planos de desenvolvimento e os investimentos aplicados (cerne da tese).
- Avaliação de artigos, periódicos, livros e eventos científicos sobre a temática, além de documentos filosóficos e investigações no âmbito da questão da pobreza em interface com a questão ambiental voltada para o turismo, que proporcionaram discutir e propor os fundamentos da pesquisa;
- Confecção das oficinas – colaboração dos prefeitos, secretários, empresários e, principalmente, das lideranças locais para organização da ida ao local; identificando e avaliando os dados com as comunidades e, posterior, mapeamento. Nesse momento, os alunos do Curso de Tecnologia em Gestão do Turismo IFS contribuem para realização e organização dessas oficinas, além de lhes proporcionar um

aprendizado – de ir e vir (mão dupla) e oportunidade de como elaborar um diagnóstico participativo local.

Tratam-se, assim, os dados catalogados e configurados em forma de painéis, separando os problemas e as soluções indicadas por eles, e discute-se a governabilidade das ações e a participação da comunidade no processo de desenvolvimento; monta-se e configura-se um modelo de gestão dialógica entre pesquisador e comunas (lideranças ou agentes locais).

Diante desse tratamento de dados, espera-se contribuir com uma base teórico-metodológica a partir dos seguintes pressupostos:

- Trabalho teórico conceitual que sistematiza conceitos e indicadores e conclui com a formação de um modelo metodológico;
- Mapeiam-se os investimentos das agências multinacionais aplicados no Polo Costa dos Coqueirais, através de pesquisa documental;
- Levantamento que envolve procedimentos e análise de uso territorial do espaço, além de uma investigação evolutiva de material bibliográfico, com ênfase em dados de Índice de Desenvolvimento Humano, Índice de Desigualdade Social e de avaliação dos trabalhos das instituições públicas responsáveis pelo incremento do setor turístico em Sergipe, nas duas últimas décadas;
- Seleção e análise da dinâmica socioproductiva e comercial locais do Polo;
- Sistematização final do tipo não só descritivo que possibilite chegar a um conjunto de conclusões e sugestões, mas principalmente uma proposta de matriz de desenvolvimento local que subsidie uma nova discussão teórica acerca dos investimentos que são utilizados para superar a pobreza.

Após catalogação das informações subsidiadas pela sustentação teórica, foi construído um diagrama (figura 4) de que constam as etapas da pesquisa, considerando a simplificação dessa seção.

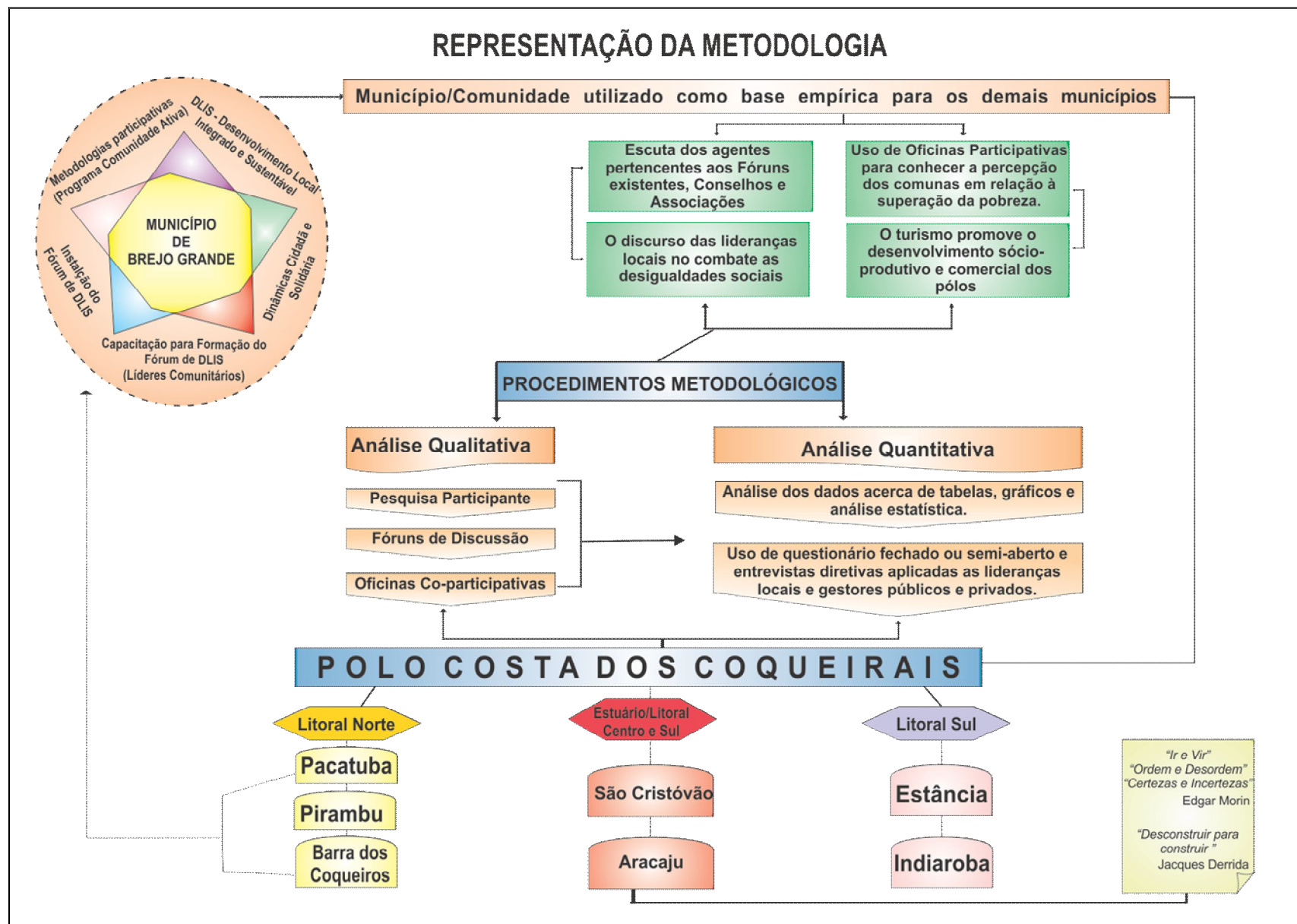


Figura 4 – Representação da metodologia
 Fonte: SANTOS, Mary, N. L., 2009.